

**Licitação Compra - CIOP**

**De:** carlos eduardo nunes <carlos.enunes@hotmail.com>  
**Enviado em:** quarta-feira, 8 de julho de 2020 19:06  
**Para:** Licitação e Compras - CIOP  
**Assunto:** ENC: Carta de cancelamento dos medicamentos, Floximed 400MG, para o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA.  
**Anexos:** Carta do laboratório.pdf; C - 13710 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - 23 06 20.doc; Procuração Jurídico..pdf

Marcel boa tarde

Segue solicitação de cancelamento favor acusar recebimento.

Att



Carlos E. Nunes

Consulta de Vendas

(14) 98116-5102

(19) 99786-4542

(19) 3522-5800

Marcel dos Santos Cardoso  
Chefe do Setor de Licitações  
e Contratos CIOP  
RG: 42.187.356-3

08/07/2020

**De:** Marina Carbinatto <marina.carbinatto@rioclarense.com.br>

**Enviado:** terça-feira, 23 de junho de 2020 12:49

**Para:** carlos.enunes@hotmail.com <carlos.enunes@hotmail.com>; Tais Moura <tais.moura@rioclarense.com.br>; Fabiana Servidoni <fabiana.servidoni@rioclarense.com.br>; Francieli Ramassotti <francieli.ramassotti@rioclarense.com.br>; Julio Sousa <julio.sousa@rioclarense.com.br>; Gustavo Bomfim <gustavo.bomfim@rioclarense.com.br>

**Assunto:** Carta de cancelamento dos medicamentos, Floximed 400MG, para o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA.

Boa tarde

Segue em anexo a Carta de cancelamento dos medicamentos, Floximed 400MG, para o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA**.

Favor protocolar dentro de 15 dias úteis e nos enviar uma cópia.

1º - Protocolar – Independente se o cliente vai aceitar ou não.

2º - Conversar – Com a Farmacêutica, comprador ou quem resolve a situação.

3º - Acompanhar - Até resolver.

Atenciosamente,

**Marina Carbinatto**

Departamento Jurídico

Tel/Fax: (19) 3522-5800

E-mail: [marina.carbinatto@rioclarense.com.br](mailto:marina.carbinatto@rioclarense.com.br)

1804  
m

## Licitação Compra - CIOP

**De:** Licitação Compra - CIOP <licitacaocompra@ciop.sp.gov.br>  
**Enviado em:** quinta-feira, 9 de julho de 2020 11:01  
**Para:** 'carlos eduardo nunes'  
**Assunto:** RES: Carta de cancelamento dos medicamentos, Floximed 400MG, para o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA.

Bom dia. Recebido. Será encaminhado ao jurídico. A resposta será enviada neste e-mail.

Att.  
**Marcel Cardoso**  
Licitação/Compras e Contratos – CIOP  
Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista  
Tel.: (18) 3223-1116

**De:** carlos eduardo nunes [mailto:carlos.enunes@hotmail.com]  
**Enviada em:** quarta-feira, 8 de julho de 2020 19:06  
**Para:** Licitação e Compras - CIOP  
**Assunto:** ENC: Carta de cancelamento dos medicamentos, Floximed 400MG, para o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA.

Marcel boa tarde

Segue solicitação de cancelamento favor acusar recebimento.

Att



Carlos E. Nunes  
Consultor de Vendas  
(14) 98216-5192  
(19) 99786-4542  
(19) 3522-5800

**De:** Marina Carbinatto <marina.carbinatto@rioclarense.com.br>  
**Enviado:** terça-feira, 23 de junho de 2020 12:49  
**Para:** carlos.enunes@hotmail.com <carlos.enunes@hotmail.com>; Tais Moura <tais.moura@rioclarense.com.br>; Fabiana Servidoni <fabiana.servidoni@rioclarense.com.br>; Franceli Ramassotti <franceli.ramassotti@rioclarense.com.br>; Julio Sousa <julio.sousa@rioclarense.com.br>; Gustavo Bomfim <gustavo.bomfim@rioclarense.com.br>  
**Assunto:** Carta de cancelamento dos medicamentos, Floximed 400MG, para o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA.

Boa tarde

AO

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA / Estado de SP

Ref.: **PREGAO PRESENCIAL** nº 020/2019

Processo nº 030/2019

Licitação: 347102

Saldo 213.420 ( Duzentos e Treze Mil, Quatrocentos e Vinte ) **COMPRIMIDOS**

**COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.**, com matriz sediada à Avenida 62-A, nº 419 – Jardim América, na cidade de Rio Claro – S.P, inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178 / 0001 – 49, com Inscrição Estadual nº 587.101.582.112; e filiais: a) inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178/0002-20, com Inscrição Estadual nº 062.996.580.0021, estabelecida à Rua Paulo Costa nº 320 – Galpão 09, 10 e 11, Distrito Industrial – Jd. Piemont Sul, na cidade de Betim – MG; e b) inscrita no CNPJ nº 67.729.178/0004-91, com Inscrição Estadual nº 395.060.142.110, estabelecida na Praça Emilio Marconato, 1000 ,Galpão G22 – Jaguariúna Park Industrial, Jaguariúna - SP vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, por seu procurador que esta subscreve, **EXPOR, PODERAR E REQUERER** o quanto segue:

Esta Empresa participou do procedimento licitatório que veio a ocorrer junto a Vossa Senhoria, vindo a ser classificada e posteriormente contratada para o fornecimento dos produtos adjudicados.

Dentre estes produtos, constamos que o **Item 0082 - (Princ.Ativo) NORFLOXACINO 400MG / FLOXIMED 400MG CX C/60BLT X 7CPR REV**, produzido pelo **Laboratório Fabricante MEDQUIMICA**, encontra-se com problemas em sua linha produtiva, tornando-se impossível atender ao pedido de compra.

Ao efetuarmos a compra deste medicamento junto ao referido fabricante, para a reposição de nosso estoque, fomos informados que o mesmo encontra-se **FABRICAÇÃO SUSPensa TEMPORARIAMENTE**, conforme ofício que ora apresentamos.

Entretanto, visando o fornecimento do produto em questão, viemos a pesquisar junto a outros fabricantes que mantemos relações comerciais, uma possível troca de marca, porém, infelizmente não obtivemos sucesso, pois estes, por sua vez, vieram a informar a impossibilidade de atendimento ao nosso pedido de compra.

Por conta disso tornou-se impossível atendermos o fornecimento do produto **Item 0082 - (Princ.Ativo) NORFLOXACINO 400MG / FLOXIMED 400MG CX C/60BLT X 7CPR REV** e, tendo em vista a impossibilidade de aquisição do produto em nosso mercado interno, entendemos ser de direito o Deferimento ao Cancelamento de todo saldo do medicamento e também do quantitativo já empenhado.



Dentro deste contexto, resta clamar ao princípio da razoabilidade e da proporcionalidade que deve existir nas condutas da Administração Pública, aplicando a teoria de que a atuação administrativa deve ser racional e afeiçoada ao senso comum das pessoas, evitando atos desarrazoados, incoerentes ou praticados com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência e sensatez.

É de suma importância ressaltar, que neste momento de crise, a comercialização e produção de medicamentos se encontra prejudicada por conta da dificuldade sofrida em toda a cadeia.

A crise afeta a todos os ramos e, por conta disto, esta empresa vem tentando ao máximo amenizar as suas consequências para que seus clientes não sejam prejudicados, pois sabe a importância dos medicamentos e materiais para com a saúde pública.

Desta forma, é de modo claro e amigável que solicitamos o cancelamento do **Item 0082 - (Princ.Ativo) NORFLOXACINO 400MG / FLOXIMED 400MG CX C/60BLT X 7CPR REV**, pois, em nenhum momento esta Empresa pretendeu prejudicar esta (Municipalidade PRESIDENTE PRUDENTE / Estado de SP), pelo contrário, vem tempestivamente apresentar as informações formais obtidas junto ao Laboratório Fabricante, visando uma publicidade plena dos acontecimentos.

Lamentamos os transtornos ocorridos, porém, salientamos que foram empenhados grandes e cansativos esforços no intuito de recebermos nosso pedido de compra, não obtendo o êxito desejado, por conta de eventos extraordinários e totalmente alheios a nossa vontade ocorrido com o Laboratório Fabricante cotado.

Por outro lado, insta também ressaltar que, como é do conhecimento de todos os operadores da saúde, torna-se inviável possuir um estoque muito volumoso, pois devido aos prazos de validade dos produtos, esta Empresa é obrigada a constantemente renová-los, sendo certo que, nas licitações públicas os órgãos exigem prazos mínimos de validade para os fornecimentos, recusando produtos com validade curta, motivo este pelo qual não conseguimos repor com celeridade nosso estoque.

Sendo assim, pautado na ocorrência de um evento que acarretou a impossibilidade do devido cumprimento dos prazos estabelecidos no Contrato Administrativo de Fornecimentos, sendo devidamente notório o vínculo de causalidade entre estes, e ainda, não sendo possível alegar em hipótese alguma culpa desta Empresa na eventualidade dos acontecimentos, conclui-se estar devidamente comprovada a real necessidade do Deferimento ao Cancelamento de todo o Saldo do **Item 0082 - (Princ.Ativo) NORFLOXACINO 400MG / FLOXIMED 400MG CX C/60BLT X 7CPR REV**, visando restaurar a situação originária e o equilíbrio processual.

Devemos ter como regra que a relação contratual se desenvolverá boa para todas as partes envolvidas, entretanto, elementos externos e geralmente posteriores à contratação

podem influenciar no negócio jurídico estabelecido, culminando assim na necessidade de revisar ou até mesmo de alterar as disposições contratuais, como é o caso do fornecimento do produto **Item 0082 - (Princ.Ativo) NORFLOXACINO 400MG / FLOXIMED 400MG CX C/60BLT X 7CPR REV**, sendo impossível seu cumprimento nos moldes anteriormente contratado.

Mediante os fatos narrados, é a presente para **Requerer** a Vossa Senhoria o **Deferimento ao Pedido de Cancelamento do Item 0082 - (Princ.Ativo) NORFLOXACINO 400MG / FLOXIMED 400MG CX C/60BLT X 7CPR REV em todo seu saldo remanescente e já empenhado junto ao Contrato Administrativo de Fornecimento,** reconhecendo a ocorrência de evento extraordinário, imprevisível e totalmente alheio a nossa vontade, aplicando-se os permissivos legais e cabíveis, **ISENTANDO-NOS das penalidades administrativas e editais**, por ser de Direito e da mais lúdima, sagrada e soberana Justiça!

Requer ainda, que por tratar-se de incidente alheio e independente totalmente de sua vontade, que acolhido o pleito, seja a Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda eximida de quaisquer cominações que a mesma puder advir.

Nestes termos, com a notoriedade dos fatos, fundamentos e incluso documentos;  
Pede e Espera Deferimento.

JAGUARIUNA, 23 de Junho de 2020

  
Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda  
**Francieli Ramassotti**  
RG 23.016.082-7 sp/SP  
Departamento Jurídico

**Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.**

**PROCURAÇÃO**

**OUTORGANTE: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA**, com matriz sediada à Avenida 62-A, nº 419 – Jardim América, na cidade de Rio Claro – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178/0001-49, com Inscrição Estadual nº 587.101.582.112; e filiais: a) inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178/0002-20, com Inscrição Estadual nº 062.996.580, estabelecida à Rua Paulo Costa, nº 140, Distrito Industrial – Jd. Piemont Sul, na cidade de Betim – MG; e b) inscrita no CNPJ nº 67.729.178/0004-91, com Inscrição Estadual nº 395.060.142.110, estabelecida na Praça Emílio Marconato, nº 1.000 – Galpão G22 e G27 – Jaguariúna Park Industrial, na cidade e comarca de Jaguariúna – SP, neste ato representada por seu sócio proprietário Sr. **WALTER PROCHNOW JÚNIOR**, brasileiro, empresário, casado, portador do RG nº 22.636.117-2 SSP/SP e do CPF 139.498.468-59, residente e domiciliado à Rua 09, nº 1.101, Casa 18, Condomínio Villagio Urea – Cidade Jardim, nesta cidade e comarca de Rio Claro – SP.\*

**OUTORGADO: FRANCELI BORBOLAN RODRIGUES RAMASSOTTI**, brasileira, casada, auxiliar administrativo, portadora da cédula de identidade RG nº 23.016.082-7 SSP/SP, e inscrita no CPF/ME sob o nº 139.445.498-80; **CAIO MOITA ROATT**, brasileiro, solteiro, Auxiliar Administrativo, portador da cédula de identidade RG nº 42.134.957-8 SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 410.637.788-83; **GABRIEL DORRICO**, brasileiro, solteiro, Auxiliar Administrativo, portador da cédula de identidade RG nº 50.038.548-8, e inscrito no CPF/ME sob o nº 462.796.378-59; e **JUCILENE LOPES CAMARGO**, brasileira, casada, auxiliar de licitação, portadora do RG nº 43.825.050-3, e inscrita no CPF/ME sob o nº 304.231.428-60, todos com endereço comercial na cidade de Rio Claro/SP, à Avenida 62-A, nº 419, Jd. América, CEP 13.506-056, e endereço eletrônico [juridico@rioclareense.com.br](mailto:juridico@rioclareense.com.br).\*

**PODERES:** Para em foro geral, confere amplos e gerais poderes, com a cláusula “et extra” em qualquer esfera administrativa, podendo propor pedido de cancelamento, pedido de realinhamento de preços, pedido de troca de marca, pedido de prorrogação de prazo de entrega, elaboração de defesa administrativa, firmar compromissos extrajudiciais, elaborar e/ou aceitar proposta de acordo, agindo em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom, firme e valioso.\*

Rio Claro/SP, 18 de dezembro de 2019.

**FIRMA**

**COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA**  
Walter Prochnow Júnior  
Sócio- Proprietário

**TABELÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS**  
Rua 6, nº 221/823/831 - Rio Claro - SP - CEP 13500-050  
Fone: (19) 3628-2441 - Fax: (19) 3634-1158 - Dr. NIVALDO OLIVEIRA

Reconheço, no documento por valor econômico, por ser assinado por  
WALTER PROCHNOW JUNIOR (CPF nº 139.498.468-59), 090 f6,  
RIO CLARO - SP, 19/12/2019.

Em Teste da verdade,  
DANIELE CRISTINA DE NADAI ANDREUZZI  
CPF nº 495749504005749404954  
VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

**ESTE TABELIONATO ESTÁ FILIADO**  
À Central de Sinal Público Consulte  
[www.censec.org.br](http://www.censec.org.br)

**COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA**  
Avenida 62-A, 419 - Jardim América - Fone: (19) 3622-5800 - [vendas@rioclareense.com.br](mailto:vendas@rioclareense.com.br)  
CEP: 13506-086 - Rio Claro - SP - CNPJ: 67.729.178/0001-49 - INSCR. EST. Nº 587.101.582.112 E INSCR. MUNICIPAL: 619117

Praça Emílio Marconato, 1000 - Galpão G2 - Núcleo Residencial Doutor João Alvin Neri - [vendas@rioclareense.com.br](mailto:vendas@rioclareense.com.br)  
CEP: 13.918-074 - Jaguariúna - SP - Fone: (19) 3622-5800 - CNPJ: 67.729.178/0004-91 E INSCR. EST. Nº 395.060.142.110 E INSCR. MUNICIPAL: 58016029

Rua Paulo Costa, 140 - Distrito Industrial - Jd. Piemont Sul - Fone: (19) 3622-5800 - [vendas@rioclareense.com.br](mailto:vendas@rioclareense.com.br)  
CEP: 32.809-712 - Betim - MG - CNPJ: 67.729.178/0002-20 - INSCR. EST. Nº 062.996.580.0021 E INSCR. MUNICIPAL: 1262010014

Avenida Joana Rodrigues Junior, 280 - Bloco 91 - Galpão G4 - Bairro São José - Fone: (19) 3622-5800 - [vendas@rioclareense.com.br](mailto:vendas@rioclareense.com.br)  
CEP: 38.087-050 - Lourenço - PB - CNPJ: 67.729.178/0003-72 E INSCR. EST. Nº 80770833-17 E INSCR. MUNICIPAL: 2306338

Daniele Cristina de Nadai Andreuzzi  
Escritura Autorizada  
RG: 29.395.808-7  
CPF: 285.222.948-29





Uma empresa do Grupo Lepin

## LINHA HOSPITALAR – MEDQUÍMICA

Juiz de Fora, 15 de abril de 2020.

Prezado Cliente,

A Medquímica Indústria Farmacêutica Ltda informa que devido às pressões de custo nos insumos, principalmente decorrentes da propagação do COVID-19 (coronavírus), além da desvalorização do real perante o dólar, teremos que promover a descontinuação temporária da produção e fornecimento dos seguintes produtos:

Produto	Apresentação	Molécula
Azitromicina Di-Hidratada 500mg	Comp. Rev. cx. 300 comp. Hosp.	Azitromicina Di-hidratada
Captopril 25mg	Comp. cx. com 500 comp. Hosp.	Captopril
Floximed 400mg	Comp. cx. com 420 comp. Hosp.	Norfloxacino
Hidroclorotiazida 25mg	Comp. cx. com 500 comp. Hosp.	Hidroclorotiazida
Pressomede 20mg	Comp. cx. com 500 comp. Hosp.	Maleato de Enalapril

Contamos com a compreensão e estamos à disposição para qualquer esclarecimento no que se refere aos nossos produtos.

Atenciosamente,

DocuSigned by:

0315A198A30043C

MEDQUÍMICA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA

Gean Carlos Garcia Martins

Diretor Comercial

DocuSigned by:

E8D04F1448184DA

MEDQUÍMICA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA

Jadir Vieira Júnior

Diretor de Operações

1810  
mf

## Licitação Compra - CIOP

**De:** carlos eduardo nunes <carlos.enunes@hotmail.com>  
**Enviado em:** quarta-feira, 8 de julho de 2020 19:50  
**Para:** Licitação e Compras - CIOP  
**Assunto:** ENC: Carta de realinhamento de preço do medicamento **BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA 20MG + DIPIRONA** para o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA  
**Anexos:** R - 13710 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - 12.06.2020.docx; NF 32552 - 30.10.2019.pdf; NF Brometo de N-Butilescopolamina 20mg + Dipirona - 011014 - 103 - 20.04.2020 (atual).pdf; Procuração - Caio - Franceli - Gabriel - Ju.pdf

Marcel boa noite

Segue solicitação de realinhamento, favor confirmar recebimento,

Att

P. P. 20/2019



Carlos E. Nunes  
Consultor de Vendas  
(14) 98116-5192  
(19) 99786-4542  
(19) 3522-5800

Marcel dos Santos Cardoso  
Chefe de Setor de Licitações  
e Contratos-CIOP  
RG: 42.187.165-3

08/07/2020

**De:** Luana Oliveira <luana.oliveira@rioclarense.com.br>  
**Enviado:** segunda-feira, 15 de junho de 2020 12:24  
**Para:** carlos.enunes@hotmail.com <carlos.enunes@hotmail.com>  
**Cc:** Julio Sousa <julio.sousa@rioclarense.com.br>; Fabiana Servidoni <fabiana.servidoni@rioclarense.com.br>; Gustavo Bomfim <gustavo.bomfim@rioclarense.com.br>; Franceli Ramassotti <franceli.ramassotti@rioclarense.com.br>; Jucilene Camargo <jucilene.camargo@rioclarense.com.br>; Tais Moura <tais.moura@rioclarense.com.br>

**Assunto:** Carta de realinhamento de preço do medicamento BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA 20MG + DIPIRONA para o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Bom dia!

Segue em anexo a Carta de realinhamento de preço do medicamento **BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA 20MG + DIPIRONA** para o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA.

Favor protocolar dentro de 15 dias úteis e nos enviar uma cópia.

1º - Protocolar - Independente se o cliente vai aceitar ou não.

2º - Conversar - Com a Farmacêutica, comprador ou quem resolve a situação.

3º - Acompanhar - Até resolver.



Qualquer dúvida estou a disposição.

--

Atenciosamente,



**Luana de Souza de Oliveira**

*Departamento Jurídico*

Tel/Fax: (19) 3522-5800 - Ramal 5941

E-mail/Skype: [luana.oliveira@rioclarense.com.br](mailto:luana.oliveira@rioclarense.com.br)

[www.rioclarense.com.br](http://www.rioclarense.com.br)

Confira as novidades da Rioclarense: [facebook.com/rioclarense](https://facebook.com/rioclarense)

18/11  
my

1812  
my

## Licitação Compra - CIOP

**De:** Licitação Compra - CIOP <licitacaocompra@ciop.sp.gov.br>  
**Enviado em:** quinta-feira, 9 de julho de 2020 11:21  
**Para:** 'carlos eduardo nunes'  
**Assunto:** RES: Carta de realinhamento de preço do medicamento BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA 20MG + DIPIRONA para o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Bom dia. Recebido. Será encaminhado ao jurídico. A resposta será enviada neste e-mail.

Att.

**Marcel Cardoso**

Licitação/Compras e Contratos – CIOP  
Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista  
Tel.: (18) 3223-1116

**De:** carlos eduardo nunes [mailto:carlos.enunes@hotmail.com]

**Enviada em:** quarta-feira, 8 de julho de 2020 19:50

**Para:** Licitação e Compras - CIOP

**Assunto:** ENC: Carta de realinhamento de preço do medicamento BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA 20MG + DIPIRONA para o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Marcel boa noite

Segue solicitação de realinhamento, favor confirmar recebimento.

Att



Carlos E. Nunes

Consultor de Vendas

(14) 98116-5192

(19) 99786-4542

(19) 3522-5800

**De:** Luana Oliveira <luana.oliveira@rioclarense.com.br>

**Enviado:** segunda-feira, 15 de junho de 2020 12:24

**Para:** carlos.enunes@hotmail.com <carlos.enunes@hotmail.com>

**Cc:** Julio Sousa <julio.sousa@rioclarense.com.br>; Fabiana Servidoni <fabiana.servidoni@rioclarense.com.br>;

Gustavo Bomfim <gustavo.bomfim@rioclarense.com.br>; Franceli Ramassotti

<franceli.ramassotti@rioclarense.com.br>; Jucilene Camargo <jucilene.camargo@rioclarense.com.br>; Tais Moura

<tais.moura@rioclarense.com.br>

**Assunto:** Carta de realinhamento de preço do medicamento BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA 20MG + DIPIRONA para o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Bom dia!

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) DIRETOR(A) DO DEPARTAMENTO DE MATERIAIS.  
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA – ESTADO DE SP.

**Ref.: Processo nº 030/2019**  
**PREGAO PRESENCIAL nº 020/2019**  
**Licitação nº 347102**

**COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.**, com matriz sediada à Avenida 62-A, nº 419 – Jardim América, na cidade de Rio Claro – S.P, inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178 / 0001 – 49, com Inscrição Estadual nº 587.101.582.112; e filiais: a) inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178/0002-20, com Inscrição Estadual nº 062.996.580.0021, estabelecida à Rua Paulo Costa nº 320 – Galpão 09, 10 e 11, Distrito Industrial – Jd. Piemont Sul, na cidade de Betim – MG; e b) inscrita no CNPJ nº 67.729.178/0004-91, com Inscrição Estadual nº 395.060.142.110, estabelecida na Praça Emilio Marconato, 1000, Galpão G22 – Jaguariúna Park Industrial, Jaguariúna - SP, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, por seu procurador que esta subscreve **REQUERER o Realinhamento de Preço** com supedâneo no artigo 65, II, alínea “d” e § 5º e 6º da Lei nº 8.666/93 e Cláusula do Instrumento convocatório, fazendo-se pelas razões de fato e de direito a seguir expostos.

Essa Empresa veio a participar do Procedimento Licitatório supracitado, sagrando-se vencedora para o fornecimento de vários itens, dentre eles, o “**Item 0020 - (Princ.Ativo) BROMETO DE N-BUTILESC 20MG,DIPIR SOD 2,5 / BROMETO DE N-BUT COMP CX C/100AMP X 5ML GEN**”.

Informamos, para os devidos fins que o “**Item 0020 - (Princ.Ativo) BROMETO DE N-BUTILESC 20MG,DIPIR SOD 2,5 / BROMETO DE N-BUT COMP CX C/100AMP X 5ML GEN**” cotado quando da realização do certame atualmente encontra-se com seu preço totalmente inexecutável, impossibilitando o fornecimento do mesmo nos moldes ofertados.

Referido produto vem sofrendo forte elevação conforme comprovamos com as Notas Fiscais de compra do produto, sendo certo que, o aumento se deu devido a disparada do dólar, sendo que, o produto utiliza insumos importados tendo seu custo aumentado, o qual, foi transferido pelo produtor a distribuidora.

Ademais, por conta da atual pandemia da COVID-19 (Coronavírus) que assola o mundo, na esteira da declaração da Organização Mundial da Saúde – OMS, e com graves repercussões no Brasil<sup>1</sup>, os produtos e equipamentos hospitalares observaram um expressivo aumento de demanda nos últimos tempos, notadamente em razão de seu uso para prevenção e combate do coronavírus<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Diante desse cenário, já foi decretado o estado de calamidade pública nacional.

<sup>2</sup> Importante salientar que a Lei nº 13.979/2020, regulamentada pelo Decreto nº 10.282/2020, estabelece, dentre as atividades essenciais nesse momento, a produção, distribuição, comercialização e entrega de produtos de saúde e higiene.



Conforme diuturnamente divulgado nas mais diversas mídias ao redor do mundo, a economia, os agentes econômicos e a sociedade em geral estão sendo severamente impactados em razão da pandemia de coronavírus. Nessa esteira, a nação brasileira também vem sofrendo séria e sistemicamente com os efeitos da crise gerada pela pandemia, mormente na esfera social e econômica.

Sem prejuízo e de antemão, para já afastar eventuais preocupações que possam pairar por parte deste órgão, urge ressaltar que toda a cadeia de valor desta empresa vem sofrendo efeitos em série da atual crise. Em síntese, a título ilustrativo, como reflexo da pandemia do coronavírus, naturalmente, observou-se aumento de custos por parte dos fabricantes dos produtos, na grande maioria provenientes da China e Índia. Em adição, custo de logística, frete e importação também se assomaram, que foram conjugados à variação cambial.

Por corolário, estando na qualidade de mero elo intermediário desta cadeia, entre fabricantes e hospitais/sistemas de saúde, esta empresa foi impactada por oscilações abruptas e repentinas que se refletiram em desdobramentos ao longo de toda cadeia, incluindo, nesse espectro, repercussões na variável que forma o valor do item em exame.

Assim, serve o presente para informar que será necessário à aplicação do reajuste econômico financeiro, para que possamos cumprir com a entrega do quantitativo relativo ao saldo remanescente, ou seja, **15.500 ( Quinze Mil e Quinhentos ) AMPOLAS**.

Conforme documentos que ora apresentamos, referido produto fora adquirido por essa Empresa em data de **20/04/2020** a um custo de **R\$ 2,3000 ( Dois Reais e Trinta Centavos )** à unidade.

Desta forma, será necessário a aplicação do reequilíbrio econômico financeiro nos seguintes moldes:

**- Preço de venda registrado no processo licitatório:**

R\$ 1,1800 à unidade

**- Preço de compra estimado em 20/04/2020:**

R\$ 2,3000 à unidade

**- Preço de venda ATUALMENTE praticado:**

R\$ 2,3000 à unidade

O supracitado valor do produto, pode ser constatado com os valores atualmente praticado junto ao nosso Território Nacional, demonstrando que realmente o preço adjudicado atualmente encontra-se defasado.

Sendo assim, essa Empresa não terá como fornecer o produto nos moldes ofertados junto ao certame licitatório, sob pena de subfaturamento, podendo incorrer em crime fiscal e/ou tributário, pois estará comercializando um produto a preço inferior ao de custo.



Assim sendo, considerando a essencialidade do medicamento para a regular distribuição aos pacientes e visando prevenir a ocorrência de prejuízos a essa ilustre Secretaria, decorrente da falta deste produto, concluímos que a alternativa mais consentânea com o caso em tela consiste no Deferimento do Realinhamento do Preço, pois devido ao aumento do produto, somos obrigados a informar e comprovar a referida ocorrência, a qual operou-se a oneração excessiva com a quebra do equilíbrio econômico.

Deste modo, não podemos ser compelidos a fornecer produto com preço extremamente abaixo do atual praticado, sendo passível de sérias penalizações devido a pratica de Dumping caracterizada pelo Subfaturamento.

Podemos atentar aos artigos 40, inciso XI e 55, inciso III da Lei nº 8.666/93, onde está autorizado a existência de critério de reajuste para os contratos administrativos, sendo uma obrigatoriedade nas cláusulas editalícias.

O preço de venda do produto acima listado atualmente é superior ao cotado, sendo mister o Deferimento do Reequilíbrio Econômico Financeiro para todo o quantitativo remanescente de **15500 AMPOLAS** no processo licitatório, pois caso contrário não será possível o faturamento, operando-se a oneração excessiva com a quebra do equilíbrio econômico, sendo mister seu Reequilíbrio.

Nesse contexto, lamentamos os transtornos ocorridos, informando que em momento algum houve descaso quando da cotação do produto, e sim, uma alteração mercadológica devido ao tempo transcorrido desde sua elaboração, onde neste período nossa economia passou por mudanças, pois somos sabedores da essencialidade que os medicamentos representam à Saúde Pública.

Ademais, insta salientar que, como é do conhecimento de Vossa Senhoria, essa Empresa é apenas uma distribuidora de medicamentos que necessita exclusivamente dos Laboratórios Fabricantes para operacionalizar seus negócios comerciais, sendo inevitavelmente atingida pelos percalços enfrentados por estes.

Demonstrado ficou que somente poderemos realizar o fornecimento do quantitativo adjudicado, caso seja Deferida o Realinhamento do Preço, pois referido produto atualmente encontra-se com um valor de comercialização superior ao outrora adjudicado no processo licitatório, onde a intenção dessa Empresa não é o de insistir em um Pedido de Cancelamento de todo o saldo, haja vista, a necessidade do mesmo para esta ilustre Secretaria.

Neste contexto, resta clamar ao Princípio da Razoabilidade e da Proporcionalidade que deve existir nas condutas da Administração Pública, aplicando a teoria de que a atuação administrativa deve ser racional e afeiçãoada ao senso comum das pessoas, evitando atos desarrazoados, incoerentes ou praticados com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência e sensatez.

No caso em tela, verifica-se que ocorreu uma alteração mercadológica, onde a instabilidade econômica fez o preço do produto aumentar, estando o valor adjudicado atualmente inexecutável, sendo que, a obrigação da entrega do quantitativo total resultará um



Por derradeiro, nos termos da Lei de Licitações assim está prelecionado:  
*"Artigo 65 - Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:*

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual. (Alinea com a redação dada pela Lei nº 8.883, de 08.06.94).

Parágrafo sexto - Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial".

Em nenhum momento esta Empresa pretendeu prejudicar este Cliente, pelo contrário, veio tempestivamente apresentar as informações formais que obteve junto ao Laboratório Fabricante, visando uma publicidade plena dos acontecimentos.

Por outro lado, como todos sabem, é inviável ter um estoque muito volumoso, onde devido aos prazos de validade dos produtos, somos obrigados a constantemente renová-los, sendo certo que, nas licitações públicas os órgãos exigem prazos mínimos de validade para os fornecimentos, recusando produtos com validade curta, onde não conseguimos repor com celeridade nosso estoque.

Cumpra-se destacar que não obstante a estrita observância à vinculação ao instrumento convocatório é legal a possibilidade de modificação até mesmo unilateral das cláusulas contratuais, conforme infere-se do artigo 58, inciso I da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que atribui a Administração Pública o dever-poder de inovar as condições originalmente pactuadas, visando promover a realização de interesses de valor superior, buscando obter o bem comum, desde que ocorram modificações das circunstâncias de fato ou de direito, subsequentes à contratação, que motivem a necessidade ou a conveniência de realizar a alteração do contrato.

Nesse sentido, destacamos os ensinamentos do ilustres doutrinador Marçal Justen Filho:

*"A Administração dispõe de um poder jurídico, que lhe é outorgado não no interesse próprio – mas para melhor realizar um interesse indisponível. Verificados os pressupostos normativos, a*





A resolução ou revisão do valor adjudicado, pela ocorrência de fato superveniente, imprevisível e extraordinário afeta seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo a causar graves danos a uma parte e gerar vantagens à outra parte.

Sendo assim, ao analisar nossa proposta comercial para o certame licitatório deve-se atentar ao seu objeto e a vontade declarada pelas partes, inclusive para se concluir sobre os direitos, benefícios e vantagens dos contratantes.

Portanto para finalizar o artigo 478 do Código Civil de 2002 deve ser interpretado de modo amplo a fim de propiciar aos contratantes não só a resolução da avença, mas também para permitir ao juiz, acaso entenda justo e em conformidade com os princípios da equidade e da boa-fé objetiva, a integração do contrato, seja para reduzir prestação excessivamente onerosa, seja para rever o contrato, sempre atendendo às necessidades de ambas as partes.

Assim, está claramente demonstrado que realmente ocorreu uma alta no preço do produto adjudicado, reflexo da instabilidade econômica que ocorreu no transcurso da vigência do Contrato Administrativo de Fornecimento, sendo devidamente cabível o restabelecimento da Equação Econômico-Financeira, pois em nenhum momento caracterizou-se a modalidade de atuação culposa.

Conforme entendimento da boa doutrina, em ocasiões semelhantes as condutas administrativas devem estar em consonância com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, atuando de forma racional e afeiçãoada ao senso comum das pessoas, a fim de evitarmos atos desarrazoados, incoerentes ou praticados com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência e sensatez.

Devemos ter como regra que a relação contratual se desenvolverá boa para todas as partes envolvidas, entretanto, elementos externos e geralmente posteriores à contratação podem influenciar no negócio jurídico estabelecido, culminando na necessidade de revisar ou alterar as disposições contratuais.

Atentar-se-á, também para a Teoria da Imprevisão que regula os contratos administrativos, onde entende-se que a administração pública não pode estar alheia a fatores externos que possam influenciar nas relações contratuais.


Diante de todo o acima exposto, é a presente para **Requerer** à Vossa Senhoria que seja recebido o presente pedido para no Mérito **DEFERIR o Realinhamento do Preço do produto "Item 0020 - (Princ.Ativo) BROMETO DE N-BUTILESC 20MG,DIPIR SOD 2,5 / BROMETO DE N-BUT COMP CX C/100AMP X 5ML GEN – reajustando para R\$ 2,3000 à unidade**, com fulcro no artigo 65, II, alínea "d" e § 5º e 6º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, **Recompondo o Equilíbrio Econômico-Financeiro**, caso assim, não entenda Vossa Senhoria, pleiteamos o deferimento do **Cancelamento do quantitativo adjudicado e já empenhado**, com intuito de evitarmos futuros transtornos, uma vez que, essa Empresa não terá condições de cumprir com a entrega nos moldes anteriormente acordados, tendo em vista a ocorrência de

onerosidade excessiva em seu preço, por ser medida de Direito e da mais sagrada, sublime e honrada Justiça!

Requer ainda, que por tratar-se de incidente alheio e independente totalmente de sua vontade, que acolhido o pleito, seja a Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda eximida de quaisquer cominações que a mesma puder advir.

Nestes Termos, com a notoriedade dos fatos e inclusos documentos;  
Pede e Espera Deferimento.

JAGUARIUNA, 12 de Junho de 2020

  
Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda  
**Francieli Ramassotti**  
RG 13.016.082-7 SSP/SP  
Departamento Jurídico

**Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.**



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA**, com matriz sediada à Avenida 62-A, nº 419 – Jardim América, na cidade de Rio Claro – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178/0001-49, com Inscrição Estadual nº 587.101.582.112; e filiais: a) inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178/0002-20, com Inscrição Estadual nº 062.996.580, estabelecida à Rua Paulo Costa, nº 140, Distrito Industrial – Jd. Piemont Sul, na cidade de Betim – MG; e b) inscrita no CNPJ nº 67.729.178/0004-91, com Inscrição Estadual nº 395.060.142.110, estabelecida na Praça Emílio Marconato, nº 1.000 – Galpão G22 e G27 – Jaguariúna Park Industrial, na cidade e comarca de Jaguariúna – SP, neste ato representada por seu sócio proprietário Sr. **WALTER PROCHNOW JÚNIOR**, brasileiro, empresário, casado, portador do RG nº 22.636.117-2 SSP/SP e do CPF 139.498.468-59, residente e domiciliado à Rua 09, nº 1.101, Casa 18, Condomínio Villagio Urca – Cidade Jardim, nesta cidade e comarca de Rio Claro – SP.\*

**OUTORGADO: FRANCELI BORBOLAN RODRIGUES RAMASSOTTI**, brasileira, casada, auxiliar administrativo, portadora da cédula de identidade RG nº 23.016.082-7 SSP/SP, e inscrita no CPF/ME sob o nº 139.445.498-80; **CAIO MOITA ROATT**, brasileiro, solteiro, Auxiliar Administrativo, portador da cédula de identidade RG nº 42.134.957-8 SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 410.637.788-83; **GABRIEL DORRICO**, brasileiro, solteiro, Auxiliar Administrativo, portador da cédula de identidade RG nº 50.038.548-8, e inscrito no CPF/ME sob o nº 462.796.378-59; e **JUCILENE LOPES CAMARGO**, brasileira, casada, auxiliar de licitação, portadora do RG nº 43.825.050-3, e inscrita no CPF/ME sob o nº 304.231.428-60, todos com endereço comercial na cidade de Rio Claro/SP, à Avenida 62-A, nº 419, Jd. América, CEP 13.506-056, e endereço eletrônico [juridico@rioclareense.com.br](mailto:juridico@rioclareense.com.br).\*

**PODERES:** Para em foro geral, confere amplos e gerais poderes, com a cláusula “et extra” em qualquer esfera administrativa, podendo propor pedido de cancelamento, pedido de realinhamento de preços, pedido de troca de marca, pedido de prorrogação de prazo de entrega, elaboração de defesa administrativa, firmar compromissos extrajudiciais, elaborar e/ou aceitar proposta de acordo, agindo em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom, firme e valioso.\*

Rio Claro/SP, 18 de dezembro de 2019.

### COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA

Walter Prochnow Júnior  
Sócio- Proprietário



COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA  
Avenida 62-A, 419 - Jardim América - Fone: (19) 3522-2800 - vendas@rioclareense.com.br  
CEP: 13890-050 - Rio Claro - SP - CNPJ: 67.729.178/0001-49 - INSC. EST. Nº 587.101.582.112 E INSC. MUNICIPAL: 019117  
Praça Emílio Marconato, 1000 - Galpão 22 - Núcleo Residencial Edmar João Aldo Nassif - vendas@rioclareense.com.br  
CEP: 13.510-074 - Jaguariúna - SP - Fone: (19) 3522-0800 - CNPJ: 67.729.178/0002-20 - INSC. EST. Nº 395.060.142.110 E INSC. MUNICIPAL: 550516028  
Rua Paulo Costa, 140 - Distrito Industrial - Jd. Piemont Sul - Fone: (19) 3522-8800 - vendas@rioclareense.com.br  
CEP: 31.689-712 - Betim - MG - CNPJ: 67.729.178/0004-91 - INSC. EST. Nº 062.996.580.0021 E INSC. MUNICIPAL: 1202010014  
Avenida Joana Rodrigues Zondar, 280 - Distrito - Galpão 04 - Jd. América - Fone: (19) 3522-8800 - vendas@rioclareense.com.br  
CEP: 36.087-050 - Lardão - PR - CNPJ: 67.729.178/0001-49 - INSC. EST. Nº 80770533-17 E INSC. MUNICIPAL: 1398335

1821  
ny



Belo Horizonte, 20 de Abril de 2020

A

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

Ref.: Alteração de preço de medicamento

Prezado(a),

Informamos que o preço do medicamento abaixo foi alterado para **R\$ 230,00**  
**BUTIL ESCOP+DIPIRONA MONOIDRATADA GEN CX100AMPX5ML.**

A alteração ocorreu devido ao aumento do preço de venda da matéria-prima por nosso fornecedor. Devido a situação relatada, a Hipolabor teve que adotar medidas para reajustar o seu preço venda referente a este produto.

Contamos com sua compreensão e estamos à disposição para qualquer esclarecimento referente aos nossos produtos.

Atenciosamente,

Lilian Mendes  
Coordenadora do Serviço de Atendimento Pós Vendas  
Hipolabor Farmaceutica Ltda,

1822  
my

RECEBEMOS DE HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA OS PRODUTOS/SERVICOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ORÇADA AO LAZO		NF-e	
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	VALOR	Nº 32552
	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	363.300,00	SÉRIE 6

<b>HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA</b>  AVENIDA DAS INDUSTRIAS, 263 DISTRITO INDUSTRIAL MONTES CLAROS, MG CEP: 39404621 Tel.: 3134081800	<b>DANFE</b> DOCUMENTO AUXILIAR DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - Entrada 1 - Saída Nº 32552 SÉRIE 6 PÁGINA 1 / 1	 CHAVE DE ACESSO 3119 1019 5707 2000 0708 5500 6000 0325 5213 2016 0370 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora	
	NATUREZA DA OPERAÇÃO		
	VENDA DE PRODUÇÃO		
	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 131193468711867 30/10/2019 12:31:01		
INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST	CNPJ/CPF	
5674258990235		19.570.720/0007-06	

#### DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL		CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA		67.729.178/0004-91	30/10/2019
ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DE ENTRADA/SAÍDA
PC EMILIO MARCONATO, 1000	NUCLEO RES UR JOAO	13916074	30/10/2019
MUNICÍPIO	FONEFAX	UF	HORA DE ENTRADA/SAÍDA
JACUARIUNA	03537213913	SP	13:31:46
INSCRIÇÃO ESTADUAL			
395060142110			

#### FATURA / DUPLICATA

001	29/12/19	121.087,8			
002	28/01/20	121.087,8			
003	27/02/20	121.124,2			

#### CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST	VALOR DO ICMS ST	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
363.300,00	43.596,00	0,00	0,00	363.300,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				VALOR TOTAL DA NOTA
				363.300,00

#### TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL		FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
EXPRESSO MINAS FRIGS LTDA		0 - Remetente (CIP)			ME	05.151.226/0001-07
ENDEREÇO		MUNICÍPIO	UF		INSCRIÇÃO ESTADUAL	
RUA SANTA CATARINA 112		BETIM	ME		0672063040086	
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO	
141	CAIXA(2)	HIPOLABOR FARMACEUTI	141	2.446,350	2.446,350	

#### DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

COD PROD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANTIDADE	V UNITARIO	V TOTAL	BC ICMS	V ICMS	V IPI	ALIQ ICMS	ALIQ IPI
10010002	ADENOSINA GEN CX 50AMP X 3ML PMC: 0 Lote: 007/19 Qtd: 24 PMC: 0,00 Lote: 007/19 Quant: 240,000 Fab: 05/09/2019 Val:11/08/2021	30049024	500	6101	CX	240,0000	350,00000	84.000,00	84.000,00	10.080,00	0,00	12,00	0,00
10010003	ALBEN EPINEPRINA 15/100ML CX 100AMP X 1ML PMC: 0 Lote: 043/19 Qtd: 420 PMC: 0,00 Lote: 043/19 Quant: 420,000 Fab: 14/08/2019 Val:11/07/2021	30049099	500	6101	CX	420,0000	140,00000	58.800,00	58.800,00	7.056,00	0,00	12,00	0,00
10010007	BUTILBROMETO ERCP+EPINEPINA HPOIDRATADA GEN C PMC: 0 Lote: H-112/19 Qtd: 721 PMC: 0,00 Lote: H-112/19 Quant: 721,000 Fab: 20/08/2019 Val:31/07/2021	30049099	500	6101	CX	2.750,0000	98,00000	220.500,00	220.500,00	26.460,00	0,00	12,00	0,00

#### CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

#### DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 01812, DISTRIBUIDOR HOSPITALAR-OFÍCIO DE 018697/2016 AGENDAR ENTREGA EM JACUARIUNA (19) 98141-2440/E-MAIL: agendamento.jagu@rioclarense.com.br ICMS ST FRETE POR CONTA DO REMETENTE ART. 40 DO ANEXO XV DO RICMS- MG	RESERVADO AO FISCO
---	--------------------



MEMORANDO INTERNO N° 60/2020

**De:** Setor de Compras, Licitações e Contratos

**Para:** Diretoria Jurídica

**Assunto:** Reequilíbrio econômico-financeiro – Pregão Presencial – SRP – nº 20/2019

**Interessado:** Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda ARP nº 55/2019

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa **COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA**, em anexo, sobre o pedido de cancelamento do item 82 (**NORFLOXACINO 400 MG**).

Encaminho também para Parecer Jurídico a solicitação da empresa **COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA**, em anexo, sobre o pedido de realinhamento/cancelamento do item 20 (**BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML – INJETÁVEL**).

Por fim, considerando que os autos do Pregão Presencial nº 20/2019 encontram-se neste setor Jurídico, solicito, por gentileza, que se faça a juntada deste memorando e demais documentos que seguem em anexo, acusando-se o recebimento logo abaixo na data da efetiva entrega. O protocolo a ser retido, por ora, será o constante no caderno de anotações de entrega e recebimento.

Após, ao Diretor Executivo para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 09 de julho de 2020

  
**MARCEL DOS SANTOS CARDOSO**  
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Recebido em 09 / 07 /2020

Setor Jurídico:





1890  
✓  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

## **PARECER JURÍDICO**

**INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.**

**ORIGEM: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.**

**OBJETO: SOLICITAÇÃO DO CANCELAMENTO DO ITEM 82 - NORFLOXACINO 400 MG**

### **RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação do cancelamento referente ao ITEM 82 - NORFLOXACINO 400 MG, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA., sob a justificativa de "ao efetuarmos a compra deste medicamento junto ao referido fabricante, para a reposição de nosso estoque, fomos informados que o mesmo encontra-se sem previsão, devido a pandemia."

2. A solicitante realiza o pedido de cancelamento referente ao ITEM 82 - NORFLOXACINO 400 MG (fls. 1.805/ 1.807), e juntou documentos em fls. 1.808/ 1.809 (procuração e nota da fabricante).

3. Os documentos ora analisados é a solicitação de cancelamento referente ao ITEM 82 - NORFLOXACINO 400 MG, recebido/protocolado em 08/07/2020, bem como os documentos de fls. 1.808/ 1.809 (procuração e nota da fabricante).

4. O Colendo Setor de Compras, Licitações e Contratos, solicita-nos parecer jurídico referente ao cancelamento do ITEM 82 - NORFLOXACINO 400 MG, licitado no PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019 - MEDICAMENTOS NÃO RENAME - PROCESSO Nº 30/2019 pactuado com a empresa requerente, COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA., sob a justificativa de "ao efetuarmos a compra deste medicamento junto ao referido fabricante, para a



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

reposição de nosso estoque, fomos informados que o mesmo encontra-se sem previsão, devido a pandemia.”.

5. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

6. Tecerei, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

### ANÁLISE JURÍDICA

7. A empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE solicita o cancelamento do ITEM 82 - NORFLOXACINO 400 MG da ata de registro de preço celebrada, pois logrou vencedora na licitação em tela, argumentando que a fabricante do medicamento não tem estoque disponível, bem como diligenciou outros fornecedores e restou infrutífera as tentativas de adquirir o medicamento.

8. Embasa a exordial que o desabastecimento dos medicamentos se dá por conta da pandemia que afeta toda cadeia produtiva destes. Também argumenta não realizar um estoque volumoso dos medicamentos ante a perecibilidade dos mesmos.

9. Instrui tal pedido com documentos juntados aos autos às fls. 1.808/ 1.809 (procuração e nota da fabricante).

10. Eis a síntese do acostado às fls. 2.445/ 2.474.

11. O presente processo licitatório, que adota a modalidade pregão eletrônico para o registro de preço de medicamentos não pertencentes a lista do RENAME.

12. Assim por meio deste processo licitatório, aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público





## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

em Ata pactuam na manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido. A vantagem desse sistema é que, uma vez registrados os preços, não há obrigatoriedade de repetir o certame ou proceder à contratação, o que reduz a necessidade de planejamento de compras e de estoques, durante o prazo de 01 (um) ano, este a validade do certame.

13. Portanto a logística e a responsabilidade do fornecimento é do licitante. Fica este no momento que participa do processo licitatório, e ainda mais quando pactua a ata de registro de preço, de sua responsabilidade de fornecer até o limite especificado o medicamento no valor e condições assumidas.

14. Para o cancelamento do item da ata é necessário a ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica.

15. Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando, lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

### 16. Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÁRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

18. O desabastecimento temporário do medicamento, numa ata de registro de preço com validade mínima para justamente os licitantes possam adimplir com as suas obrigações, é inconcebível aceitar a argumentação exposta no requerimento da empresa.

19. Assevero que diligenciando no site do laboratório fabricante Medquímica (<https://medquimica.ind.br/produto/norfloxacino/>) não foi encontrada nenhuma informação acerca de possível descontinuação do medicamento. Da mesma sorte, em consulta ao sítio eletrônico da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (<http://portal.anvisa.gov.br/descontinuacao-de-medicamentos>) não foi encontrada notificação de descontinuação de fabricação.

20. Não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta de cancelamento do item requerido pela empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE.

### CONCLUSÃO

21. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I - Pelo indeferimento do requerimento do pedido de cancelamento do item 82 em que a empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE sagrou-se vencedora



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 15 de julho de 2020.

**Dr. RANGEL STRASSER FILHO**  
**Diretor Jurídico - OAB/SP 309.164**





## **PARECER JURÍDICO**

**INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.**

**ORIGEM: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.**

**OBJETO: SOLICITAÇÃO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO ITEM 20 - BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML - INJETÁVEL**

### **RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao item 20 BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML - INJETÁVEL, pleiteado pela empresa licitante COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA., fundamentando a necessidade de reequilíbrio nos "impactos causados na economia pela disseminação do COVID-19". A empresa pugna pela recomposição financeira ao valor unitário registrado na Ata de Registro de Preço nº 50/2019, passando o item do valor de R\$ 1,18 para R\$ 2,30.

2. Subsidiariamente, na hipótese de indeferimento do equilíbrio econômico-financeiro, a solicitante requer ainda o cancelamento item 20 BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML - INJETÁVEL da Ata de Registro de Preço nº 50/2019, tendo por base a inexequibilidade do preço originalmente registrado.

3. Para fundamentar o pleito, foram juntados documentos às fls. 1820/1822, quais sejam, procuração e notas fiscais de compra do medicamento.



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

4. O Colendo Setor de Compras, Licitações e Contratos, solicita-nos a análise dos autos e expedição de parecer jurídico referente ao pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do item 20 BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML – INJETÁVEL, licitado no PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019 - MEDICAMENTOS NÃO RENAME – PROCESSO Nº 30/2019 pactuado com a empresa requerente, SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

5. Tecerei, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

### ANÁLISE JURÍDICA

6. A empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA. apresentou às fls. 1813/1819 solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro referente ao preço do item 20 da Ata de Registro de Preço nº 65/2019, que se logrou vencedora, sob o fundamento da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

7. Argumenta em seu pedido que é amplamente sabido o cenário de avanço do contágio do COVID-19, ao passo que, tendo em vista que muitos produtos ou matérias-primas dependem de importação de insumos para a sua produção, sujeitam-se a alta da moeda americana. Expõe ainda que o elemento causador do distúrbio econômico consiste em evento da natureza, de efeitos que não poderiam ser previstos ou antecipados.

8. De mais a mais, elenca na solicitação de reanálise que os licitantes não devem suportar as consequências de todos os eventos danosos, ao passo que o reequilíbrio visa à manutenção da margem mínima de lucro. Colacionou em sua solicitação fundamentos legais com base na Constituição Federal, Lei de Licitações, Doutrina e Jurisprudência referentes ao instituto avocado.



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

9. Eis a síntese do acostado às fls. 1813/1819.

10. Inicialmente se faz necessário explanar o Sistema de Registro de Preço. Através deste aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público em Ata pactuam na manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido. Possui como vantagem desse sistema que, uma vez registrados os preços, não há obrigatoriedade de repetir o certame ou proceder à contratação, o que reduz a necessidade de planejamento de compras e de estoques, durante o prazo de 01 (um) ano de validade do certame.

11. De modo que, apesar de possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, tem-se que é necessária a ocorrência de imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis.

12. Neste sentido manifesta a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

A despeito de divergências de posicionamentos entre a fiscalização e a SDG, sequer a vantajosidade inicial do ajuste havia ficado comprovada, sendo que esta situação somente se agravou com a concessão de reequilíbrios econômico-financeiros desprovidos de justificativas consistentes.  
(...)

No caso da contratação com a empresa Lukarmona, o pedido foi baseado na "instabilidade econômica do país" e, no caso da empresa Fridel, solicitou-se o realinhamento sob o argumento de que os produtos estariam na entressafra. Contudo, a meu ver, não restou comprovada a superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, caso de força maior, caso fortuito ou força do príncipe, a ensejar a concessão de reequilíbrio. As situações descritas nas justificativas estão inseridas na álea econômica ordinária, e devem ser suportadas pela empresa, eis que oscilações normais decorrentes de sazonalidade são totalmente previsíveis e devem ser levadas em consideração pelas empresas quando formulam suas propostas, especialmente para fornecimento pelo prazo de 12 meses. (TC-001040/003/12 TC-





## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

001037/003/12 TC-001038/003/12 TC-001039/003/12  
TC-028291/026/11, Substituto de Conselheiro Josué  
Romero, Segunda Câmara, Sessão: 3/2/2015) Grifo e  
negrito nosso.

13. Desta forma, vislumbra-se que a sua promoção de forma infundada irá desvirtuar o processo licitatório.

14. No caso em tela, não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do realinhamento do preço da empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA., não há um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado "aumento de preço imprevisível", uma vez que foram acostadas apenas notas fiscais. Sobre notas fiscais pontuo, resumidamente: Notas Fiscais não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, até porque percebesse, pela prática, que é comum empresas juntarem comprovantes fiscais um com data da época da contratação com a Administração Pública e a outra que foi emitida pouco antes do pedido de reequilíbrio.

15. Entretanto sendo necessário de uma razão factual e não uma simples alteração no preço de seus fornecedores para justificar o reequilíbrio econômico financeiro de um contrato, a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, c) fato previsível, mas de consequências incalculáveis. AS NOTAS FISCAIS PROVAM AS CONSEQUÊNCIAS, mas não às causas. Em nenhuma das hipóteses acima, a apresentação de notas fiscais é suficiente para justificar a revisão de preços. Razão pela qual a parte interessada deve instruir o pedido com algum documento que reflita algumas das situações que foram expostas nas alíneas acima, porém, no presente caso, não o fez.

16. Nesse sentido já se manifestou o Tribunal de Contas da União, por meio do seguinte Enunciado:

**Enunciado:** Notas fiscais de fornecedores da contratada são insuficientes, por si sós, para caracterizar qualquer uma das hipóteses legais para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato (fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe), que deve estar demonstrada por meio



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

da quantificação dos efeitos que extrapolaram as condições normais de execução e prejudicaram o equilíbrio global do contrato. (Acórdão 7249/2016 Segunda Câmara, Tomada de Contas Especial, Relator Ministra Ana Arraes).

17. Em pesquisa através do sistema "Banco de Preços em Saúde" nota-se que não houve alteração no **valor médio ponderado do item**, inclusive há a manutenção do preço considerando o lapso temporal entre a realização do ato licitatório e período atual.

18. Eventual reajuste demanda uma razão factual e não uma simples alteração no preço de seus fornecedores para justificar o reequilíbrio econômico financeiro de um contrato, a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, c) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

19. Também é a posição do Egrégio Tribunal de Contas da União que entende que a mera variação de preço de mercado não é o suficiente para o reequilíbrio econômico:

1. A mera variação de preços de mercado não é suficiente para determinar a realização de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, sendo essencial a presença de uma das hipóteses previstas no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93. Diferenças entre os preços contratuais reajustados e os de mercado é situação previsível, já que dificilmente os índices contratuais refletem perfeitamente a evolução do mercado.

Acórdão 3024/2013-Plenário, TC 019.710/2004-2, relator Ministro Benjamin Zymler, 13.11.2013.

20. Da mesma sorte, não existe amparo para o pleito da empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA. de cancelamento do item 20 da Ata de Registro de Preço nº 50/2019, de modo que não ficou demonstrada a





## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo ou fundamento novo para deferimento do pedido.

21. Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, *verbis*:

### "XII - SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO:

12.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

12.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante poderá ser punida com Advertência;

12.1.2 A contratada poderá sofrer multa prevista na forma do item 12.3 e 12.4, nas hipóteses de mora, inexecução do contrato.

12.2 Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Compra ou apresentar documento de habilitação técnica, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração. 12.3 Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

12.3.1 A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a





## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 12.1.

12.4 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 12.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

12.5 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Município se quando por esta solicitado.

12.5.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

12.6 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

12.7 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado, com envio de cópia da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, comprovante de recebimento pela empresa e Ata de Registro de Preço devidamente assinada e publicada.

22. Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA., poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

23. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

24. Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA. sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

### CONCLUSÃO

25. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I - Pelo indeferimento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro bem como do requerimento subsidiário de cancelamento referente item 22 BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML - INJETÁVEL da Ata de Registro de Preço nº 50/2019;

II - Consequentemente, pela manutenção do valor registrado do item em que a empresa COMERCIAL CIRÚRGICA



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

RIOCLARENSE LTDA. sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 15 de julho de 2020.

**Dr. RANGEL STRASSER FILHO**  
**Diretor Jurídico - OAB/SP 309.164**



## MEMORANDO INTERNO Nº 66/2020

**De:** Setor de Compras, Licitações e Contratos

**Para:** Diretor Executivo

**Assunto:** Solicitação de Realinhamento de Preço e Cancelamento de Item – Pregão Presencial – SRP nº 20/2019 – Ata nº 55/2019

**Interessada:** Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 1841/1854, que opinou pelo indeferimento do pedido de cancelamento do item 82 – (NORFLOXACINO 400 MG), e pelo indeferimento do pedido de realinhamento de preço do item 20 – (BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML – INJETÁVEL), em razão de não haver sido demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível justificável.

Presidente Prudente, 20 de julho de 2020

  
Denise Sakiyo Ide

Chefe em Substituição do Setor de Compras, Licitações e Contratos

## DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

**Assunto:** Solicitação Cancelamento de Item e Reequilíbrio Econômico Financeiro – Pregão Presencial – SRP – nº 20/2019

**Interessado:** Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda. ARP nº 55/2019

Trata-se de pedido de Cancelamento do Item 82 – (NORFLOXACINO 400 MG), e Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item 20 – (BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML – INJETÁVEL), pela detentora da ata nº 55/2019 – **Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.**

O Setor Jurídico às fls. 1841/1854 opinou pelo indeferimento do cancelamento e realinhamento dos itens, fundamentando não haver fato superveniente e imprevisível justificante.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item 20 – (BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML – INJETÁVEL), bem como pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação de cancelamento do item 82 – (NORFLOXACINO 400 MG), realizada pela empresa **Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 20 de julho de 2020



**CARLOS AUGUSTO VRECHE**  
Diretor Executivo-CIOP



### DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Despacho do Diretor Executivo. Assunto: Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e cancelamento de item. ARP nº 55/2019. Pregão Presencial nº 20/2019. Interessada: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e cancelamento dos respectivos itens: 20 - (BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML - INJETÁVEL), e 82 - (NORFLOXACINO 400 MG), conforme fundamento acostado nos autos. Carlos Augusto Vreche - Diretor Executivo. Pres. Prudente, 20 de julho de 2020.

